

PENSANDO E REPENSANDO A DESNUTRIÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL\*

*Paulete Goldenberg* \*\*

---

\* Trabalho apresentado no Seminário: "O desafio da pesquisa interdisciplinar", no XIII Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, realizado no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 21 a 23 de maio de 1986.

\*\* Professor Adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina.

## 1. INTRODUÇÃO

A revisão das propostas sobre o estudo da desnutrição, que ora se apresenta, originou-se da necessidade de desenvolvimento de recursos metodológicos capazes de viabilizar a apreensão da ocorrência da Desnutrição Protéico-Calórica (DPC) em nosso meio.

Diante do aumento da mortalidade infantil na década dos anos 60 e, da constatação, a partir da investigação Interamericana de Mortalidade na Infância <sup>(1)</sup>, da presença da desnutrição como causa básica e associada de óbitos de menores de um ano, realiza-se em São Paulo uma investigação <sup>(2)</sup>, patrocinada pela Ford Foundation, em 1973/74, tendo em vista identificar a prevalência de desnutrição. Em uma amostra de crianças de 6 a 60 meses de idade, estratificada por idade e renda observa-se a ocorrência de 25% de DPC; no estrato de renda mais baixo esta prevalência chegou a 46%, aproximando-se esses valores às taxas encontradas no Vale do Ribeira <sup>(3)</sup> - a qual se constitui na área rural da região mais carente do Estado de São Paulo. A desnutrição colocava-se nestas condições com um problema não mais restrito às áreas rurais, mas, como produto do subdesenvolvimento, conforme atestava a sua presença no centro urbano mais desenvolvido do país, associado à configuração das periferias sociais. Por sua vez, a observação de que a desnutrição estaria ocorrendo em idades mais precoces do que se descrevia para a África e Ásia, com predominância das formas leves em detrimento das formas moderadas e graves; associadas à ocorrência do desmame precoce em detrimento do desmame excessivamente prolongado; e, marcadas pela predominância de deficiências calóricas, ao invés da alardeada deficiência protéica - apontavam para a especificidade das estruturas epidemiológicas locais. Diante desses fatos tornava-se imperiosa a necessidade de buscar recursos metodológicos capazes de superar os modelos convencionais, os quais inscreviam os problemas nutricionais no âmbito, genérico, da ecologia da pobreza, privilegiando-se uma visão economista da realidade social.

A constatação (4,5), por sua vez, de que a articulação que se estabelecia entre o crescimento econômico e formação da pobreza - fundamentada pelos elevados níveis de exploração da força de trabalho - delineava as desigualdades sociais que se manifestavam em âmbito nacional (no espaço regional e local), ressaltando, paralelamente, a peculiaridade da configuração concreta de nosso subdesenvolvimento, a dimensão social através da qual deveria ser encarada a ocorrência da desnutrição entre nós. Impunha-se, neste sentido, reportá-la à organização social de existência, de forma, inclusive, a subsidiar a real abrangência das medidas políticas propostas para o seu enfrentamento, as quais se circunscreviam, basicamente, à suplementação alimentar.

A realização de uma nova investigação no Município de São Paulo no período de 1978/79, patrocinada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com verba repassada do Banco Mundial - centrada nas questões relativas à influência das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares (6,7) - ofereceria uma oportunidade significativa de desenvolvimento da proposta de redimensionamento da consideração da desnutrição no plano social. Neste sentido, historiar, inicialmente, as condições da produção de conhecimento na área, colocou-se como um requisito do processo crítico envolvido na busca da nova abordagem em relação a DPC. A caracterização ideológica dos modelos importados de investigação, viabilizaria, a nosso ver, a crítica dos modelos disponíveis na época, abrindo um novo espaço para a reconstrução do objeto de estudo, o que permitiria redimensionar perspectivas de contribuição das Ciências Sociais no tratamento da questão.

## 2. A EMERGÊNCIA DE UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO NA INSTRUMENTAÇÃO POLÍTICO- ECONÔMICA DAS NAÇÕES

Entendendo que a produção do conhecimento emerge das necessidades objetivas da existência social dos homens, procurou-se dentro da linha de trabalho que vinha sendo por nós desenvolvida (4,7,), situar o desdobramento das preocupações com a desnutrição e, das formas de tratamento da questão, em função do desenvolvimento econômico e político das formações sociais concretas ao longo da história. Como qualquer outra manifestação da atividade humana, a produção do conhecimento se dá socialmente, tornando, de imediato, o seu desdobramento parte da evolução de um todo mais amplo, onde se dão as relações entre os homens e deles com a natureza. Ao encarar a produção do conhecimento como evento social e histórico ficava implícito que o florescimento desta ou daquela linha de preocupações não obedeceria às necessidades internas da razão humana mas, seriam fruto das necessidades emergentes da realidade social, que vingam em função do jogo de interesses internos, e externos, às formações sociais, num dado momento histórico. Captados por um determinado grupo social as formas de conhecimento se tornam um meio de intervenção da realidade, gerando, na própria evolução dos acontecimentos, as necessidades de sua reconsideração. Nestas condições, situar em que circunstâncias foram desenvolvidas as abordagens sobre as preocupações com a desnutrição no passado (que se estruturam a partir dos países centrais), permitiriam dimensionar o alcance e as limitações da construção dos modelos emergentes de investigação e, situar, por sua vez, as condições e o significado de sua introdução entre nós.

### 2.1. A MEDICALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS NUTRICIONAIS

A atenção médica como prática dominante impõe-se, historicamente, associada ao desenvolvimento capitalista. Inicialmente voltada para as ações sanitárias, relacionadas com a circulação das mercadorias, na fase

do capitalismo competitivo, elas se orientam posteriormente, para o combate às doenças, especialmente, ao nível do atendimento individual, na fase do capitalismo monopolista, em função da necessidade de manutenção e reposição da força de trabalho (8).

No decorrer desse processo, os problemas nutricionais, acompanhando o desenvolvimento da medicina e do desenvolvimento social, têm suas primeiras investigações centradas na identificação das carências específicas. A ausência de determinados nutrientes corresponderiam manifestações clínicas específicas. As descrições de hipovitaminoses surgiram dentro desse modelo (9,10), o qual, por sua vez, não era satisfatório para a compreensão de quadros nutricionais mais complexos, pluricarenciais, como é o caso da Desnutrição Protéico-Calórica (DPC).

Quando se tornou possível distinguir fases intermediárias na evolução da doença no indivíduo, passou-se a reconhecer os vários níveis de organização e suas relações, permitindo entender a fisiopatologia da doença como um processo. Em trabalhos americanos e europeus verificou-se a identificação da desnutrição como facilitadora da infecção por alterar respostas imunológicas do organismo, identificando-se a infecção como processo agravante da desnutrição e a interação entre ambas (11).

Na segunda metade da década de 40, na América Latina, dentro da linha de investigações clínicas, aparece a preocupação de classificar a desnutrição não só em termos de formas graves mas também de formas leves e moderadas, delineando-se a valorização do diagnóstico precoce com a introdução do critério de Gomez (12,13).

A preocupação com a DPC enquanto problema a nível populacional e de saúde pública só se configura realmente a partir da década de 50, após a II Guerra Mundial, em meio ao reerguimento econômico e reacomodação política entre as nações. Na medida em que avança a medicalização da sociedade, os problemas nutricionais passam a se inscrever no rol de estratégias e

justificativas ideológicas das relações econômicas e políticas que se estabelecem com o desenvolvimento dos complexos agro-industriais, condicionando de forma decisiva, a natureza e a abrangência dos modelos de investigações nutricionais.

## 2.2. A DESNUTRIÇÃO NA ESFERA ECONÔMICA DA DEFESA NACIONAL

Diante do problema da fome e do papel estratégico do alimento no período da guerra, ganha destaque a preocupação com a produção de alimentos. Diante dos avanços tecnológicos obtidos nos primórdios da Revolução Verde, é reforçado o desenvolvimento de uma política de apoio à agricultura no Canadá e Estados Unidos; como decorrência, nas décadas de 50 a 60 observa-se a criação de excedentes agrícolas e conseqüentemente a necessidade de expansão de mercados. Nesse período, segundo Berg <sup>(14)</sup>, vários países expandem seus programas de ajuda alimentar através de instituições como a United Nations Relief Work Agency (UNRWA), United Nations Children's Fund (UNICEF) e World Food Program of the Food and Agriculture Organization (FAO). Esses programas tornaram-se canais internacionais de escoamento de excedentes e de formação de novos mercados, sob o rótulo de suplementação e ajuda alimentar, acobertado, segundo o autor, pela valorização de ações "humanitárias capazes de aliviar tensões internacionais".

Através da Public Law (PL) nº 480, conhecida como a "Lei dos Alimentos para a Paz", aprovada em 1954, essas "doações" passariam a ser regulamentadas nos Estados Unidos. Segundo George <sup>(15)</sup> a ajuda alimentar previa doações para "nações amigas" com déficits alimentares graves, mediante um conjunto de compromissos mútuos; nos demais casos, tratava-se de vendas especiais facilitadas, mediante o pagamento em moeda local (do país recipiente). Essa lei sofre alterações posteriores, passando as trocas a serem feitas em dólares (ou "moedas conversíveis"). incluindo-se o pagamento de juros sobre os financiamentos.

Segundo o relatório da PL-480 em 1966 <sup>(15)</sup>, o aumento das vendas comerciais, atribuído à crescente familiaridade com os produtos agrícolas de programas de vendas especiais e donativos, ampliou as oportunidades de exportação norte-americanas, surgindo um saldo positivo na balança de pagamentos. A mesma <sup>autora</sup>(15), citando palavras de senador McGovern, refere que "as crianças das escolas japonesas, que aprenderam a gostar do leite americano e do pão fornecidos pelos programas de merenda escolar patrocinados pelos EUA, contribuíram para fazer do Japão nosso melhor comprador, em dólar, de produtos agrícolas".

Nessas circunstâncias, nutrição e saúde pública integram a problemática do desenvolvimento econômico dos EUA, constituindo elemento importante na esfera das relações exteriores. Evidentemente a amplitude dessas novas ações pressupõe um redimensionamento dos enfoques tradicionais em relação à nutrição e, por conseguinte, o desenvolvimento de recursos teórico-metodológico de maior abrangência para o tratamento desses problemas a nível populacional. Assim, como parte de uma evolução complexa de visão da realidade, o Interdepartamental Committee on Nutrition for National Defense (ICNND) publica um manual para investigações nutricionais <sup>(16)</sup>, ressaltando que:

- "... para melhor compreensão do problema nutricional devem ser considerados fatores econômicos e sociológicos juntamente com os dados sobre nutrição e saúde";
- "... é necessário conhecer mais do que dados de produção de alimentos, uma vez que são fatores importantes a quantidade e a qualidade dos alimentos realmente consumidos, considerados em relação aos "requerimentos" ou "necessidades";
- "... o consumo de uma dieta marginal em nutrientes proteicos pode permitir a sobrevivência em condições precárias por um período prolongado. Entretanto, tais popula-

ções, usualmente, têm baixa esperança de vida, elevadas taxas de morbidade, rebaixamento da eficiência física e mental e outras manifestações de doenças".

Com base nessas proposições, uma série de levantamentos são realizados pelo ICNND, a partir de 1953, inclusive no Brasil <sup>(17)</sup>, sendo relacionados nos relatórios as características da produção local de alimentos, a disponibilidade de alimentos per-cápita, os níveis de consumo aferidos através de inquêrito alimentar, a caracterização das deficiências nutricionais em termos bioquímicos e em termos clínicos. Embora deixassem explícito, no caso brasileiro, que a defasagem nas medidas antropométricas populacionais em relação aos padrões norte-americanos estivesse relacionada com ingestão deficiente de calorias e proteínas, não se diagnosticava a desnutrição protéico-calórica, a não ser as formas graves, continuando a preocupação centrada nas carências específicas. Além do treinamento de pessoal em técnicas de pesquisa, com ênfase em procedimentos laboratoriais, de acordo com o relatório sobre as investigações no Nordeste <sup>(17)</sup>, pretendia-se com o levantamento determinar as necessidades do Programa de Alimentos para a Paz, no sentido de promover o estado nutricional da população.

### 2.3. A DESNUTRIÇÃO NA ESFERA EMPRESARIAL DA VENDA DE INSUMOS AGRÍCOLAS

Em 1960 é desencadeada a Campanha Mundial Contra a Fome, com o objetivo de despertar os governos para o desenvolvimento de uma opinião favorável à resolução dos problemas nutricionais, mobilizando-se recursos no plano nacional e internacional <sup>(18)</sup>. Tratava-se de alcançar uma nova escala nas ações de combate à desnutrição, promovendo um desenvolvimento agrícola, implementando-se novas técnicas de produção e preparando a população para consumir adequadamente novos produtos. Essas novas disposições coincidem com a necessidade de exportar a tecnologia industrial, gerada a partir do desenvolvimento agrícola, na produção de equipamentos e insumos, etc. Segundo Berg <sup>(14)</sup> "a própria Revolução Verde, apesar de seu propósito nutricional, foi o resultado, pelo menos em parte, da engenhosidade e investimen-

to da produção de "marketing" das indústrias de fertilizantes, pesticidas e outros avanços da moderna agricultura".

Nesse contexto, colocam-se proposições "revolucionárias" de incentivo à modernização agrícola dos países subdesenvolvidos em confronto com medidas paternalistas e emergenciais, que fundamentam a dependência e a vulnerabilidade dos países receptores. Propõe-se a criação de projetos-pilotos, consubstanciados nos "Programas de Nutrição Aplicada", mediante contratos multilaterais, visando estabelecer programas de "extensão rural", aos quais se integrariam atividades de assistência técnica à agricultura, à saúde e à educação. Impõe-se uma nova racionalidade na avaliação desses programas.

Dessau <sup>(19)</sup> chama a atenção para a necessidade de utilização do cálculo econômico na seleção dos projetos e dos critérios de decisões, suscetíveis de aumentar a eficácia de ajuda, em detrimento da mera distribuição de excedentes. Surgem as primeiras propostas de análise dos custos-benefícios, tendo como parâmetro a melhoria das condições de saúde e nutricionais em particular. Em 1966 discutem-se na Reunião Técnica Conjunta FAO/OMS <sup>(20)</sup>, os métodos de planejamento e avaliação dos Programas de Nutrição Aplicada. Surge, também, na área da saúde, sob o auspício da Organização Panamericana de Saúde <sup>(1)</sup>, o protocolo para a realização da Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, e iniciam-se os pré-testes, sendo o Nordeste uma das áreas escolhidas para sua realização. Pretendia-se, com o referido projeto, rastrear as causas da mortalidade infantil, dentre as quais colocava-se a preocupação com os problemas nutricionais.

Nessa nova fase de colocações, observa-se, paralelamente ao envolvimento das indústrias, o afastamento dos órgãos de defesa dos EUA como protagonistas oficiais dos programas nutricionais <sup>(21)</sup>.

Cabe lembrar que as novas disposições não anulam as medidas e a infra-estrutura montadas sob as fases precedentes; na verdade, as colocações se superpõem ou as medidas se sofisticam - esse é o caso do desenvolvimento das indústrias de alimentos, que se soma às atividades dos programas estabelecidos em nome da Revolução Verde e de ajuda ou suplementação alimentar.

#### 2.4. A DESNUTRIÇÃO NA ESFERA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL

Segundo Berg (14), a indústria alimentar cresceu e se expandiu na década de 60, junto com a Revolução Verde no mundo, criando novos alimentos, processando e enriquecendo outros. As técnicas de "marketing", por sua vez, teriam sido responsáveis pela intensa alteração de hábitos alimentares da população, diante do surgimento no mercado de inúmeros produtos. Esse crescimento industrial levou a profundas modificações estruturais na organização econômica norte-americana, que teve na agricultura a base de seu próprio crescimento. Observaram-se a verticalização da produção e a concentração da posse da terra em função do desenvolvimento das agro-indústrias (22).

Junto com esse desenvolvimento surge o interesse pela produção de alimentos de baixo custo como instrumento de resolução dos problemas nutricionais que afligiam o mundo. O leite, que até então havia sido o produto básico dos programas de alimentação suplementar, em 1964 tem seus excedentes reduzidos para menos da metade, colocando em jogo todos os programas de ajuda alimentar. Os administradores desses programas passam a solicitar ajuda à indústria e, à comunidade científica, no sentido de proporcionar produtos protéicos de baixo custo, a partir da produção local, e dessa forma contribuir para a diminuição da dependência dos países receptores. Segundo Berg (14), em meio à década de 60, consolida-se a concepção, nos meios oficiais de Washington, da necessidade de se voltar à indústria de alimentos para a solução dos problemas nutricionais, devido ao seu legendário sucesso em desenvolver, promover e distribuir alimentos. Esse envolvimento, esporádico

de início, se institucionaliza sob a proteção das organizações econômicas e assistenciais internacionais (15).

Segundo publicação da FAO (23), recomenda-se a promoção de conhecimentos sobre nutrição e saúde, envidando esforços no sentido de aproveitar melhor os recursos alimentares locais, atuais e potenciais, e de "contribuir para eliminar certos costumes extraviados, preconceitos, o apego irreflexivo à tradição, à ignorância e a inércia, que se constituem, com frequência, em obstáculos tão graves para a melhoria da nutrição como a própria pobreza". Nesse sentido, "o trabalho educativo de muitas empresas industriais e comerciais interessadas na venda de produtos de alto valor nutritivo não tem nada de desdenhável. Quando se trata de produtos recomendáveis, do ponto de vista nutricional, a promoção industrial e a educação em nutrição podem complementar-se eficazmente"... Em geral, os governos não podem sustentar indefinidamente um programa de suplementação alimentar, colocando-se, portanto, "a necessidade de criar um mercado suficiente para que uma companhia comercial esteja disposta a encarregar-se da produção e distribuição. Nunca se insistirá o suficiente para que os esforços dos diferentes organismos para a melhoria da nutrição devam formar um programa coordenado".

Sob esse redirecionamento técnico de implementação das formas de enfrentar a desnutrição, desloca-se o centro de atenção, restrito anteriormente ao meio rural, para o meio urbano, aonde se situariam os mercados consumidores dos produtos industrializados, o que justificaria os investimentos no sentido de avaliar a prevalência da desnutrição, particularmente em São Paulo.

Essa nova ordem de atenção é detectada em outra publicação da FAO (24). Destaca-se no texto a preocupação com a necessidade de "valorização qualitativa" das dietas dos grupos "biologicamente vulneráveis"... "O retorno à alimentação materna entre as classes urbanas pobres impediria, sem dúvida, sofrimentos e mortes desnecessárias, mas tanto no campo como nas cidades de propõe o problema imediato de como alimentar a criança, uma vez que

se faz necessário dar-lhe alimentos adicionais ou substituir totalmente o leite materno"... "Em épocas mais recentes se tem prestado também atenção ao desenvolvimento de misturas de alimentos com elevado conteúdo protéico, que podem ser fabricados e vendidos dentro de cada país e utilizados como alimentos complementares das crianças nas cidades. Na atualidade, e sempre que seja factível, os programas rurais e urbanos devem ser considerados no plano do desenvolvimento nacional", que devem se ocupar dos problemas específicos da nutrição de cada país.

Coincidindo com as novas propostas atreladas à expansão industrial, realizou-se em 1971 a I Conferência Internacional de Nutrição, Desenvolvimento Nacional e Planejamento (25), na qual se dá ampla divulgação à necessidade de considerar os problemas nutricionais no âmbito do planejamento nacional. Ressalta-se, nesse encontro, a necessidade de uma avaliação adequada desses problemas, valorizando a identificação dos fatores associados à desnutrição, tendo em vista fornecer o instrumental para avaliação da efetividade dos custos-benefícios e alternativas possíveis, e, com isso, sensibilizar os países carentes a adotar medidas convenientes para acelerar o crescimento econômico e industrial. Propunha-se, dentro de um modelo de causação circular, a intervenção nos elementos do sistema, onde, através de medidas de combate à desnutrição, seria possível desencadear uma série de efeitos que corrigiriam o sistema.

Barg (26), delineando os fundamentos da aplicação da Teoria do Capital Humano, refere que gastos em nutrição se constituem, na verdade, em investimentos, na medida em que contribuem para o aumento da produtividade, presente e futura, da mão-de-obra, seja pela diminuição do absentismo por doença, seja em função da melhoria da capacidade física e mental. Indiretamente, o combate à desnutrição concorreria para uma maior eficiência dos gastos em educação, uma vez que redundaria para a melhoria das condições de aprendizado, assim como dos investimentos em saúde e de medidas curativas. Nessa linha de consideração, a nível da ideologia reinante, na qual o comba

te à desnutrição é apresentado como meio de alcançar o desenvolvimento nacional, o autor colocou que o grande problema do planejamento é o de dimensionar o grupo que sofre de desnutrição e que administrativamente é capaz de ser alcançado por gramas de auxílio. Para isso se faz necessário conhecer as causas que levam à desnutrição e à identificação dos grupos alvos. Call e Levinson (27) destacam a necessidade de caracterização da situação nutricional das populações através dos recursos convencionais de diagnóstico clínico, bioquímico, alimentar e sócio-econômico, complementada por outros dois níveis de investigação, ou seja, o equacionamento de medidas de intervenção e análise do custo-benefício das mesmas. Nesse sentido, sob uma abordagem sistêmica, que estimularia a construção de equações explicativas da realidade - e que encontrou expressão significativa nos trabalhos de Levinson (28) - os autores enumeram uma série de medidas possíveis no combate à desnutrição, relacionadas, em várias ordens de fatores, com a obtenção e aproveitamento biológico dos alimentos.

Diante desse novo enfoque, em 1972, são revistas as normas para Planejamento e Avaliação dos Programas de Nutrição Aplicada, cujo cumprimento condicionaria a colaboração internacional dos investidores privados (29). Entre as exigências para a realização de projetos-pilotos e a expansão de suas medidas em âmbito nacional, colocavam-se o apoio governamental e a necessidade, em particular, de estabelecer um sistema de avaliação que justificasse o investimento e o desenvolvimento de indicadores capazes de fornecer informações periódicas a respeito dos efeitos dos investimentos adotados. Nenhuma empresa comercial, segundo a referida publicação, se arriscaria a uma operação nova e cara se não tivesse dimensionado cuidadosamente as possibilidades de êxito; esse sólido princípio aplicar-se-ia a qualquer programa de desenvolvimento.

Como parte dos primeiros esforços investidos nessa nova perspectiva, surgem os resultados da Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância (1). No caso de São Paulo, em particular, observa-se rela -

ção entre desnutrição, como causa básica ou associada, e mortalidade infantil. Confirmando a existência de DPC no maior centro urbano do país, Baldo (30), em 1971, encontra uma prevalência de 33,9%, principalmente na periferia. Nessa época, através de uma pesquisa de orçamentos familiares, o DIEESE (31,32) detecta limitações no consumo alimentar nas famílias assalariadas.

A identificação dos problemas nutricionais em São Paulo so mam-se as repercussões da crise de alimentos a nível internacional. Bêhar<sup>(33)</sup> refere uma redução da ordem de 14%, ou seja, de 10 milhões de hectares de áreas de produção, como "reação exagerada" ao fraco mercado no período de 1968-1972 por parte dos EUA e Canadá. Segue-se uma "crise mundial de alimentos em meados de 1972, quando compras enormes e inesperadas de cereais pela União Soviética (em vista das safras deficientes de 1972 e ao aumento das necessidades diante do crescimento de seus rebanhos), agravadas posteriormente por uma onda de compras para fins de especulação, esgotaram as reservas mundiais e deram ao preço desses gêneros um impulso ascensional, que fez duplicar e depois triplicar os níveis de preços anteriores a 1972". Segundo o autor, a primeira reação foi de alarme mundial. Muitos acreditaram que ter ia mos chegado ao ponto crítico, há muito previsto pelos malthusianos, do confronto entre o aumento demográfico e a capacidade de produção de alimentos; outros achavam que ter ia chegado o momento da "triagem - abandono dos famintos e dos desnutridos para a sobrevivência do resto".

Diante de tanta celeuma, é programada, para 1974, a Conferência Mundial dos Alimentos. Segundo Bêhar<sup>(33)</sup>, a catástrofe não ocorreu, em parte devido à capacidade de recuperação do sistema produtivo alimentar norte-americano e, em parte, devido à redução das metas pecuárias pela União Soviética e, das demais medidas adotadas no seu décimo Plano Quinquenal - o que aceleraria o cultivo de cereais. Ficou patente, segundo o autor, a vul ne r a bilidade da disponibilidade de alimentos a nível internacional, delineada pelos caprichos do mercado. Diante desses resultados e de outras medidas ado tadas no combate à desnutrição, im po r - se - ia m novas considerações a respeito da necessidade de enfrentar a pobreza e a desnutrição.

Enquanto essas reformulações não se processam, ecoam as colocações levantadas no encontro sobre Nutrição, Desenvolvimento e Planejamto, conforme referência de Berg <sup>(14)</sup>. Citam-se as referências de Abraham Horwitz, segundo o qual a desnutrição se constitui no problema número um de saúde e está mais associada com a mortalidade do que com as fomes ocasionais. De acordo com os dados da FAO, segundo Berg <sup>(14)</sup>, entre os sobreviventes a situação também é grave, ou seja, entre as crianças menores de 5 anos dos países de baixa renda, de acordo com levantamentos realizados em vários países, 3% das crianças sofrem de desnutrição severa, de grau III, 25% (80 milhões) sofrem de desnutrição moderada, de grau II, e 40% a 45% (130 milhões) sofrem de desnutrição leve. Diante das repercussões que a doença acarreta, recoloca-se a necessidade de rever as formas pelas quais o problema possa ser superado, assumindo-se que o homem é a chave do desenvolvimento, que a qualidade da existência humana é a principal medida do desenvolvimento e que, ente os fatores que afetam a condição humana, o estado nutricional seria talvez o maior determinante.

Essa ideologia encontra sustentação no plano econômico entre nós, em vista da entrada do capital estrangeiro, e da instalação das subsidiárias das agro-industriais no país, sob proteção governamental; da preocupação com a manutenção da produtividade da força de trabalho, diante dos níveis de exploração da força de trabalho, capaz de dar suporte à intensa acumulação de capital; e, do interesse de ver resguardado o desenvolvimento de um mercado consumidor <sup>(34,35)</sup>.

Num artigo da revista "Conjuntura Econômica", "A Projeção da Demanda de Produtos Agrícolas" <sup>(36)</sup>, fala-se da necessidade de adequar, no caso do modelo brasileiro de desenvolvimento, a demanda do mercado interno e externo, sendo propostas diretrizes metodológicas para o estudo da elasticidade da renda no consumo de alimentos, no plano econômico, e do desenvolvimento da "nutrimetria" como elemento que avalia as alterações da dieta do consumidor.

Neste mesmo ano a Fundação Getúlio Vargas <sup>(37)</sup> inicia uma investigação, em função da proposta de avaliação dos padrões de consumo alimentar através da pesquisa de orçamentos familiares e de inquérito de pesada de alimentos. Justifica-se o levantamento diante da importância crescente, de acordo com as recentes teorias econômicas, de identificar os "fatores residuais do processo de crescimento, para os quais não se encontram explicações fora da qualificação dos recursos humanos, e com isso fornecer subsídios para o desenvolvimento dos Planos, Metas e Programas Governamentais". O plano inicial pretendia uma investigação, de âmbito nacional, objetivando um amplo quadro de referência do consumo de alimentos em função da economia familiar, salientando, particularmente, o consumo individual nas camadas menos favorecidas da população; numa primeira instância, porém, optou-se pelo levantamento, realizado no Rio de Janeiro, num conjunto habitacional no qual residiam ex-favelados. Na apresentação chama-se a atenção para o interesse e apoio financeiro do então ministro da Fazenda, ressaltando-se a necessidade da formulação de uma política nutricional num período de crescimento rápido; além disso, assinalam a participação da FAO e de uma instituição de direito privado de um Estado-Membro, que apoiariam o governo brasileiro na realização do estudo em âmbito nacional, -o qual se efetuou em 1974/75, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob a denominação de "Estudo Nacional de Despesa Familiar" (ENDEF).

Ao caracterizar as variáveis sócio-econômicas relacionadas com o consumo familiar, estes estudos verificaram que a renda e o tamanho da família, principalmente nas classes mais pobres, constituíram os principais fatores limitantes. E, em vista desses resultados, sugerem que, a par de um crescimento econômico rápido, o governo propicie um aumento da produção de gêneros alimentícios básicos, capaz de manter os preços dos alimentos em níveis estáveis ou inferiores aos da época, tendo em vista não anular os reajustes salariais em função dos índices inflacionários.

Em São Paulo, nessa mesma época, desenvolve-se no Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Universidade de São Paulo, uma pesquisa de orçamentos familiares <sup>(38)</sup>. Numa tentativa de dar cumprimento ao desenho metodológico proposto na reunião sobre Nutrição, Planejamento e Desenvolvimento Nacional, combinando estudos macro e microeconômicos, realiza-se o referido estudo epidemiológico, patrocinado pela Ford Foundation, numa subamostra da pesquisa de orçamentos familiares do IPE - "O Estado nutricional de crianças de 6 a 60 meses no Município de São Paulo" <sup>(2)</sup>. Superpondo-se os inquéritos clínico, bioquímico, alimentar e sócio-econômico, no âmbito da epidemiologia descritiva, situam-se os grupos biológicos de risco como suporte do enquadramento do problema no âmbito do consumo.

Destacando-se a renda como fator limitante do desempenho nutricional a partir de uma amostra, levando-se em consideração a idade e o sexo das crianças estudadas observou-se, conforme foi referido anteriormente, a elevada prevalência de DPC em nosso meio - 25% para o conjunto da amostra e 46% no estrato inferior a meio salário mínimo familiar per capita; formas graves de desnutrição desapareciam a partir de 1,5 salário mínimo familiar per capita. A partir dessa mesma amostra, incluindo, porém, os irmãos das crianças estudadas, Batista <sup>(39)</sup> observou uma prevalência de 31,4% de DPC na amostra considerada. Comparando os dados de ocorrência da desnutrição, segundo a idade, com os resultados levantados por Baldo <sup>(30)</sup>, o autor observou, ainda, um aumento da DPC em crianças menores de um ano.

No plano alimentar, ao lado das deficiências, predominantemente, calóricas, observadas junto às crianças, ressaltando o problema da falta de acesso aos alimentos, a ocorrência de desnutrição no primeiro ano de vida apontava para o problema relacionado com o aumento do desmame precoce em nosso meio.

Os economistas, por sua vez, se voltam para os dados da amostra original da pesquisa de orçamentos familiares levantados pelo IPE <sup>(38)</sup>. Preocupados com a caracterização da adequação alimentar a partir dos dados

de inquérito de compra, os autores, sob a teoria do capital humano, situam o consumo em função da renda, o tamanho da família e da instrução, visando a composição de modelos explicativos que permitissem delinear, operacionalmente, medidas de intervenção <sup>(40)</sup>. Priorizando a renda como fator explicativo, Vieira <sup>(41)</sup>, realizou um estudo de simulação do impacto do aumento da renda sobre o consumo alimentar familiar, e Alves <sup>(42)</sup> estabeleceu a renda familiar per capita mínima em função dos requerimentos nutricionais; Campino <sup>(43)</sup> trata da proposição de medidas políticas alternativas na área da saúde e da economia.

## 2.5. REAVALIANDO AS MEDIDAS DE COMBATE À DESNUTRIÇÃO

Em 1974 realiza-se a Conferência Mundial de Alimentação, como parte dos esforços realizados a nível internacional, no sentido de reconsiderar a crise de alimentos desencadeada em 1972. Como decorrência do encontro reúne-se o "Comitê Mixto FAO/OMS de Expertos em Nutrição" <sup>(45)</sup>, objetivando discutir estratégias alimentares e nutricionais de desenvolvimento.

Como resultante, surgem as críticas quanto ao alcance das medidas adotadas no combate à desnutrição, em vista dos restritos resultados observados, como foi o caso dos programas de suplementação alimentar, do enriquecimento de alimentos ou das atividades de âmbito limitado dos Programas de Nutrição Aplicada. Chama-se a atenção para as experiências frustrantes dos programas relacionados com a Revolução Verde em áreas rurais dos países subdesenvolvidos e, dos programas de crescimento econômico acelerado com base no incremento das economias urbanas, na medida em que favoreceram os grandes proprietários e a concentração de renda, em detrimento das populações pobres. Critica-se a colocação dos ataques ao problema da desnutrição como recurso para resolver o problema da pobreza, destacando-se, ao contrário, o ataque à pobreza como recurso para combater a desnutrição.

Nessa linha de raciocínio, no plano nacional, aponta-se para a necessidade de rever objetivos do desenvolvimento, como forma de alcançar as reais causas da pobreza, e, critica-se a utilização das teorias do Capital Humano como fundamento para os investimentos em saúde e nutrição e, para o crescimento econômico (41).

Em continuidade aos trabalhos desencadeados pela Conferência Mundial de Alimentação, define-se a necessidade de desenvolver investigações e criar um sistema mundial de vigilância nutricional (44,45). Considerando que as causas fundamentais da desnutrição obedecem às deficiências da organização social, cuja consideração fugiria ao escopo do trabalho da Comissão Técnica, alertava-se para a necessidade de estabelecer um processo contínuo de avaliação das condições nutricionais. Os dados levantados objetivariam a realização de um planejamento racionalmente orientado, no âmbito nacional, e o estabelecimento de um sistema de alarme, capaz de fundamentar e acionar o sistema de colaboração internacional. Nesse sentido, chama-se a atenção para a necessidade de realização de novas pesquisas, visando identificar grupos vulneráveis e principalmente quantificar as causas básicas da desnutrição. Sugere-se a construção de indicadores capazes de qualificar e identificar as necessidades emergentes. Propõem-se estudos "compreensivos" e, inclusive, longitudinais, tendo em vista aprimorar os recursos de diagnóstico da realidade, obedecendo à particularidade de manifestação dos problemas locais.

Fica implícita, nessas colocações, a necessidade do concurso da epidemiologia no desenvolvimento de trabalhos analíticos, como recurso integrativo das colocações, no seu amplo dimensionamento, incluindo desde a organização celular até a organização das sociedades (46), tendo em vista o diagnóstico da situação, a implementação de medidas necessárias e, sobretudo, o acompanhamento (contínuo) das mesmas. Dessa forma, as colocações anteriores, chamando a atenção sobre a necessidade de definição de uma política nacional de combate à desnutrição, fundamentada num planejamento racional, co-

mo requisito para a garantia da proteção internacional, subsistem, ainda que sob uma nova roupagem, agora, adequadas à evolução econômica em andamento e, em consonância com as próprias contradições nascidas no seu bojo.

Nesse contexto, recoloca-se um novo momento na consideração dos trabalhos executados a nível nacional. Em 1977, realiza-se um seminário em Recife sobre Economia da Nutrição <sup>(47)</sup>, reunindo economistas e representantes das áreas da saúde. Na apresentação dos anais do encontro, Batista ressalta a necessidade de circunscrever o combate à desnutrição como um fim do desenvolvimento, levantando-se debates a respeito da validade da utilização da teoria do Capital Humano, que reconhece a saúde e educação como componentes estratégicos do desenvolvimento. Além disso, aponta-se para a necessidade de superar a dissociação entre técnicos da área econômica e da saúde, tendo em vista superar os enfoques sobre alimentação, vista como simples componente da área de mercado.

Sob o tema Nutrição, Alimentação e Condições Sócio-Econômicas, em especial, Sampaio e Coelho, neste seminário <sup>(47)</sup>, fazem críticas aos trabalhos realizados no país, em vista das limitações metodológicas e, consequentemente, em termos da incapacidade de oferecer orientações políticas. Segundo esses debatedores, a maior parte dos estudos sobre o consumo de alimentos deixam de considerar, por exemplo, os problemas relacionados com a absorção de alimentos; por outro lado, estudos relacionados com medidas antropométricas focalizam o estado nutricional como se fosse um fenômeno estático, sem levar em consideração que o consumo afeta diferentemente o peso e a altura das crianças, e de forma cumulativa, ao deixar sequelas que se refletem nas condições de saúde do indivíduo.

As discussões em torno dos trabalhos apresentados ressaltavam, de forma geral, a necessidade de integração entre as áreas. Ainda que o momento propiciasse a internalização de uma postura crítica diante da produção do conhecimento, as limitações presentes na consideração da questão, particularmente no plano social de existência, comprometeriam maiores avanços -

ços no sentido de apreensão da realidade concreta e, de realização da propalada integração. O cumprimento destas disposições pressupunha superar a configuração do modelo de investigação das questões nutricionais, subjacente às determinações objetivas dos interesses econômicos e políticos, em torno dos quais ele havia sido construído, e, rever o próprio arcabouço teórico das Ciências Sociais, a partir do qual os investigadores se posicionavam diante da realidade.

### 3. REPENSANDO O MODELO DE INVESTIGAÇÃO NUTRICIONAL

#### 3.1. PENSANDO O MODELO INCORPORADO

Apesar das dificuldades de encarar o colonialismo cultural presente nesta área, resguardado pela ideologia dominante da neutralidade da ciência, a crítica sobre a forma pela qual considerávamos o nosso objeto de estudo emerge, no decorrer do tempo, no interior na própria produção de conhecimentos. Como parte de um processo dialético surgem novas informações e, constata-se que os esquemas de explicação da realidade não permitiam responder às novas indagações.

O fato é que, a despeito dos interesses que essas informações pudessem ter para os representantes das indústrias que aqui se instalavam, os resultados do inquérito realizado em São Paulo <sup>(2)</sup> em 1973/74 apontariam para a presença da desnutrição no Centro mais desenvolvido do país. Se a valorização da renda, como variável sobre a qual se construiu o desenho da investigação, visava dimensionar o mercado consumidor, ela, também, apontava para as limitações ao acesso aos alimentos, por parte de amplos setores da população, trazendo evidências de que o crescimento econômico, que caracterizava o milagre brasileiro, se fazia às custas da produção da pobreza.

A constatação da presença de deficiências, predominantemente, calórica em detrimento da protéica, contrariando os entendimentos prevalentes na época, chamava a atenção para a colocação do problema da falta quantitativa de alimentos, tornando secundária a questão da qualidade da di

ta e, conseqüentemente, a própria colocação da questão da ignorância e, dos maus hábitos alimentares da população, como fatores responsáveis pela desnutrição. A propósito, no levantamento realizado no Município de São Paulo (2), os níveis de escolaridade dos pais se associavam ao estado nutricional das crianças estudadas, na medida em que essa variável se associava com a variação da renda; abaixo de 1,5 salários mínimos familiar per capita, porém, não se observava a referida relação, sendo que, na faixa de rendimentos familiares per capita inferior a 0,5 salário mínimo, os analfabetos apresentavam menor proporção de desnutridos do que os alfabetizados. Nesse sentido caberia lembrar que na regressão múltipla através da qual pretendia-se analisar as relações entre renda, escolaridade e tamanho da família com a adequação alimentar, a partir da amostra do IPE, a primeira variável explicou 90% dos casos, em detrimento da escolaridade, que respondeu, apenas, por 2% (40).

Na medida em que se enfatizava o caráter quantitativo das deficiências nutricionais, destacavam-se, igualmente, questões relativas à racionalidade dos gastos na compra de alimentos, em contraposição à ignorância e à incapacidade de discernimento das populações carentes -- que aparecia como corolário da caracterização da questão em termos das deficiências qualitativas de nutrientes na dieta. Neste sentido estudo da cesta de alimentos havia permitido observar que 12 dos 8 alimentos mais consumidos pela população eram de utilização semelhante em todas as classes de renda, variando, somente, a intensidade do consumo a nível de compra (41,42). Por outro lado, a deficiente ingestão de nutrientes por parte das crianças se fazia acompanhar da deficiente ingestão de nutrientes por parte de toda a família (48) contrariando o preconceito de que a desnutrição entre os pré-escolares seria decorrente de uma distribuição de alimentos, intrafamiliar, distorcida.

Paralelamente, caberia lembrar que o tamanho da família, da mesma forma que a escolaridade, havia apresentado pequeno poder explicativo (de 8% apenas) da adequação alimentar, identificada a partir da amostra da pesquisa de orçamentos familiares do IPE, em contraposição ao peso da ren

da <sup>(40)</sup>. No levantamento realizado no Município de São Paulo - sobre o Estado nutricional de crianças de 6 a 60 meses de idade <sup>(2)</sup> - observou-se por sua vez, uma relação inversa entre o número de ordem da criança com o estado nutricional; porém, nesta mesma amostra <sup>(49)</sup> constatou-se que todas as mães naturais da Capital, independentemente da renda, tinham famílias com cinco elementos ou menos enquanto que todas as famílias maiores (com quatro filhos ou mais), que corresponderiam a 22% do total de casos amostrais, foram identificados como sendo de migrantes (os quais totalizavam cerca de 70% da amostra e apresentavam-se distribuídos em proporções decrescentes conforme aumentava a renda). Considerando que os avanços da penetração do capital no campo induziam à expulsão de famílias, já formadas, esses dados justificariam a presença das composições com maior número de filhos entre migrantes residentes em São Paulo; ao mesmo tempo esses dados evidenciariam as dificuldades dos pais em manterem grande número de filhos na dependência de salários para sobreviver.

Neste sentido seriam também, sugestivos os dados encontrados nos núcleos rurais do Vale do Ribeira <sup>(3)</sup>, onde foi observada associação, estatisticamente significativa, entre o tamanho da família e a ocorrência de desnutrição entre os filhos de trabalhadores assalariados, mas, não entre pequenos proprietários. Nestes casos, o trabalho familiar se constituiria no determinante social da existência de famílias numerosas; para aqueles que se tornavam assalariados a família numerosa se constituiria, a curto prazo, num encargo que agravaria as difíceis condições de sobrevivência.

Esses resultados apontavam, enfim, para a falta de sustentação empírica das proposições de cunho neo-malthusianos, colocando em jogo a questão do controle da natalidade como forma adicional de combate à desnutrição, segundo a concepção convencional da época. Diante mesmo da complementariedade destas propostas, esses resultados reforçariam o questionamento da própria postura diante da pobreza e das formas preconizadas para o seu enfrentamento.

A escolaridade, tradicionalmente, era apontada como variável importante, na medida em que prevalecia a concepção, elaborada a partir dos países centrais, de que a desnutrição constituía-se, em suma, num problema de deficiência qualitativa de nutrientes, devido a erros alimentares e da má distribuição de alimentos intrafamiliares - ao lado do número irracionalmente grande de filhos. A resolução para os problemas encarados dessa maneira previam a realização de programas educacionais, apoiados, quase sempre, na distribuição de suplementação alimentar, que concorreriam para a reversão dos hábitos alimentares da população, responsável pela ocorrência da desnutrição - paralelamente, ao controle da natalidade, como forma de diminuir a proliferação do número de pobres. Num sistema de causação circular onde as variáveis biológicas e sociais se situariam num mesmo plano de análise, através destas medidas, seria possível não só acabar com a desnutrição, como, a partir dela, reverter o próprio subdesenvolvimento.

Nesta linha de colocação (4,7), observa-se que, no âmbito das relações internacionais, diante da expansão capitalista, consubstancia-se a visão da desnutrição como óbice ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Em torno destas mesmas colocações institucionaliza-se a organização de programas assistenciais, amparados pelas agências internacionais, fundamentados na concepção de que:

- os países subdesenvolvidos se encontravam nas fases iniciais do processo de desenvolvimento daqueles hoje desenvolvidos;
- este processo poderia ser induzido ou mesmo intensificado a partir dos países desenvolvidos, abstraindo-se conjunturas históricas e relações de dependência entre os países;
- a estratégia a ser adotada se constituiria no esforço de vencer as barreiras culturais, possibilitando assim a incorporação de tecnologias por parte da população dos países subdesenvolvidos, capazes de propiciar aumento da produtividade e o crescimento econômico acelerado.

A transcrição dessas idéias no âmbito nacional, como corolário da ideologia que encobria os vanços da expansão econômica (principalmente) norte-americana, se expressaria, originalmente, na própria concepção de uma estratégia de desenvolvimento, onde o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) seria, ao mesmo tempo, objetivo e o indicador mais preciso da acumulação desejada. Nestas condições a tendência era de considerar a pobreza e a desnutrição como sendo o preço a ser pago pelo crescimento rápido, o que condizia com a concepção de que seria necessário um aumento da produtividade para em seguida cogitar-se da distribuição de benefícios. Sob o automatismo implícito na relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social estas idéias se expressam no lema político: "crescer para dividir o bolo" (50). Diante da superprodução de alimentos e, da institucionalização dos canais de escoamento da produção agrícola, a nível internacional, os problemas são dimensionados fora do espaço nacional e, desvinculados, por sua vez, da preocupação, em âmbito interno, com a formulação de políticas sociais.

O processo de crescimento econômico, porém, assentado nos grandes investimentos estrangeiros, no setor de produção de bens de consumo duráveis e semiduráveis, trouxe como consequência o agravamento das desigualdades na distribuição de renda e aumento da pobreza, o que gerou uma série de distorções e ameaças de convulsões sociais, principalmente, no meio urbano. O aumento da mortalidade infantil constituiu-se num testemunho significativo dessa deterioração (51), ressaltando-se o agravamento dos problemas nutricionais caracterizados pela disseminação das formas moderadas e leves de desnutrição protéico-calórica (2), sua ocorrência em idades mais precoces (39) e, a predominância de formas recentes em detrimento das formas progressivas, observados no meio rural (3).

A constatação dessa nova realidade e o entendimento de que a precariedade das condições de vida, manifestada no baixo nível de educação formal, na desqualificação da mão-de-obra em relação às exigências dos setores modernos da economia, e, nas más condições de saúde e nutrição - que se

constituiriam num obstáculo ao rápido crescimento econômico - acabaram des -  
pertando a atenção da Universidade, do Governo, e dos organismos internacio -  
nais, para a revisão do problema da qualificação dos indivíduos para fazer fa -  
ce à modernização econômica. Diante dessa nova conjuntura, nacionalizam-se  
as questões nutricionais reelaborando-se o aparato conceitual existente na  
esfera do próprio desenvolvimento do país. Ao nível das representações, a  
demonstração empírica dos problemas gerados ao redor da política desenvolvi -  
mentista fez com que se procedesse à crítica das posturas anteriores, surgin -  
do, então, o lema: "dividir o bolo enquanto ele cresce" (50). Sob esta racio -  
nalidade repensada, justifica-se a necessidade de intervenção na área social,  
através de medidas assistenciais específicas, tendo em vista corrigir as dis -  
torções decorrentes do crescimento econômico.

Neste caso, medidas de proteção específica, como a suple -  
mentação alimentar tornam-se questões relevantes na formulação de políticas  
sociais de âmbito nacional, tendo em vista garantir a intensificação do cres -  
cimento econômico. No âmbito da ciência econômica, a teoria do capital huma -  
no desenvolvida no início da década de 60, veio fornecer o arcabouço teórico  
para a análise do papel dos atributos humanos na qualificação da mão-de-obra,  
e o instrumental para a definição de políticas sociais. Estudos que relacio -  
nam desnutrição com a possibilidade de comprometimento do sistema nervoso for -  
necem os parâmetros que fundamentam o investimento em capital humano. A ní -  
vel do indivíduo, a melhoria das condições nutricionais possibilitariam  
maior capacidade de aprendizado e qualificação de mão-de-obra, que por sua  
vez redundaria em maior produtividade no trabalho, e, dessa forma, em maio -  
res níveis de remuneração. A nível "macro", esforços para melhorar as condi -  
ções nutricionais, de educação e saúde seriam encarados como medidas para  
aumentar a eficiência dos fatores de produção; e, despesas com tais itens se -  
riam aconselháveis na medida em que complementariam os investimentos em capi -  
tal físico, tendo em vista acelerar a taxa de crescimento econômico. Dentro  
deste enfoque a variável nutrição passa a ser considerada como um instrumento

técnico de política econômica, para acelerar a expansão da capacidade produtiva e a acumulação de capital, em nosso meio.

De acordo com essa proposta, os vários elementos que compõem o quadro de deficiências do ser humano, são analisados de maneira estanque (educação, saúde, nutrição, etc.) observando-se a preocupação em verificar como e quanto cada um desses fatores poderiam contribuir para o aumento da produtividade. Estas colocações, úteis do ponto de vista estritamente econômico apresentavam limitações na medida em que, além de considerar a desnutrição um insumo, tendia a excluir, dos programas de investimentos, contingentes que não se encontravam alocados nos setores produtivos, nos quais a utilização intensiva de capital físico justificaria investimento em capital humano.

Na verdade a instalação de políticas sociais, em meio ao protecionismo estatal, despontam como mecanismos de controle às ameaças de reações das classes subalternas, que se tornariam particularmente, vulneráveis diante da institucionalização do arrocho salarial (52,53). Assim, elas se estruturam, mantendo as desigualdades sociais e, assegurando o caráter excludente em relação a certas frações de classe.

Diante das características particulares dos objetivos do capitalismo nos países de passado colonial, entre outras consequências, configuram-se no meio urbano, toda uma massa de mão-de-obra disponível às necessidades cíclicas de expansão capitalista, entre outras funções. A vinculação ocasional dessa mão-de-obra com o setor diretamente produtivo resultava na sua alocação, de maneira geral, em setores que não se organizam de forma, propriamente, capitalista, recebendo baixos salários, condicionando, assim, o aparecimento da "marginalidade", em termos de precárias condições de vida e de acesso à redistribuição dos benefícios, vias políticas sociais. Assim, diante dos interesses ao redor dos quais se estrutura o projeto desenvolvimentista do país, ficam delineadas as limitações e o alcance das medidas preconizadas.

Neste contexto, paralelamente à crise econômica e alimentar que se configura na década de 70, acaba reforçando a idéia da necessidade de uma revisão substantiva das formas de encarar o problema da desnutrição e do próprio desenvolvimento. Trata-se de analisar as origens dos problemas nutricionais como decorrência do padrão de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Fala-se da necessidade de envolver no processo produtivo, amplos setores da população de forma a reduzir simultaneamente a pobreza e manter ritmos elevados e constantes de crescimento. Nestes termos no plano nacional, segundo Kertezs <sup>(50)</sup>, coloca-se a discussão da validade de se alinhar as distorções de um lado, ao insistir nas mesmas formas de crescimento do PNB, e corrigir, de outro, as distorções por ele geradas. De acordo com o referido autor, os problemas da esfera social não se resolveriam com medidas assistenciais específicas, mesmo porque, a parcela do bem estar de cada indivíduo seria dada por seu tipo de participação no processo de produção - o que justificaria, isto sim, a necessidade de "corrigir a composição do bolo".

Este direcionamento aponta para uma postura que se contrapõe à concepção original sobre a qual se constroeu o modelo incorporado de investigação das questões nutricionais (e, do qual a escolaridade, ao lado da renda e do tamanho da família, constituiria um indicador). Estas novas disposições colocavam em cheque a idéia de que, vencer a ignorância, sobre a qual se estruturava a pobreza e a ocorrência da desnutrição, assim como, a proliferação animalésca dos pobres, constituiria o requisito para se alcançar o crescimento econômico e, dessa forma superar o subdesenvolvimento. Tanto o combate à desnutrição como o controle do crescimento do número de pobres, concebidos, tradicionalmente, como produto da ignorância, sem atingir os mecanismos subjacentes à formação da pobreza, justificariam medidas intervencionistas em relação às populações carentes. Considerando que esta forma de pensar trazia implícita a concepção de que o sistema seria corrigido de fora para dentro, a sua contraposição forneceria diretrizes que abalariam o suporte

ideológico da ingerência externa, que se estrutura diante dos avanços do capitalismo internacional sobre o espaço nacional.

### 3.2. REVENDO A DESNUTRIÇÃO COMO QUESTÃO BIO-SOCIAL

Neste processo de relaboração das formas de pensar a realidade, tratar as questões nutricionais sob a perspectiva da marginalidade ajudava a dimensionar as limitações das propostas vigentes, que se estruturavam em torno da teoria do capital humano; porém, a manutenção de um esquema dual de reconstrução da realidade, dificultava a formação de propostas que visassem superar a consideração da pobreza em sua superficialidade, desvinculadas dos mecanismos de sua configuração.

No plano sócio-cultural, sob a ótica da modernização, como forma correlata da concepção da realidade a partir da teoria da marginalidade econômica, reeditava-se o enquadramento das questões sob a perspectiva da cultura da pobreza, sustentando, no plano político, a individualização dos problemas sociais - e, com isso, deslocando a possibilidade de ter dimensionados os reais determinantes da pobreza. Na medida em que passam a ser observadas no campo das Ciências Sociais, as interconexões entre os diferentes modos de produção (sob a hegemonia da ordem capitalista), assim como a configuração de uma população disponível capaz de dar suporte ao crescimento econômico, de forma correlata ao sistema de acumulação vigente, delineia-se o encaminhamento da superação da visão marginalista da realidade. Nessas condições abre-se espaço a revisão do tratamento das questões nutricionais no plano social, mas, a concretização desse encaminhamento pressupunha, também, uma revisão da consideração do plano biológico de existência e, de sua articulação com apropriada realidade social.

A ocorrência de DPC em São Paulo, conforme pode-se observar (5,7), apontava para o subdesenvolvimento do nosso desenvolvimento, denunciando o "milagre brasileiro", ao mesmo tempo que apontava para a dimensão social da ocorrência das doenças a nível populacional. A singularidade:

de sua manifestação chamava a atenção para a especificidade da configuração das condições de existência num país capitalista periférico como o nosso. Marcado por um passado colonial a nova ordem, ancorada na produção industrial e na formação de um mercado interno, se estrutura débil, tendo delimitadas as potencialidades de expansão, em meio aos avanços do capitalismo monopolista em âmbito internacional. Internamente, recriando as organizações sócio-econômicas tradicionais de produção, o desenvolvimento se faz marcado por intensas desigualdades sociais, as quais transparecem a nível inter e intra-regional, demarcando a presença de amplos setores da população vivendo em precárias condições de vida - e, conseqüentemente, a extensão e a natureza do DPC.

Assim, as formas de articulação que permeavam as relações sociais, sincronizando as próprias desigualdades inter e intra-regionais, justificavam, por assim dizer, a semelhança da extensão e a singularidade da manifestação, a nível biológico, da ocorrência de DPC, nas classes de baixa renda do Município de São Paulo e dos núcleos rurais do Vale do Ribeira.

Reduto das áreas de persistência das organizações sócio-econômicas tradicionais do Estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira, presenciara um período de florescimento econômico em seus primórdios; como demais economias coloniais, alimentadas de fora para dentro, ela entra em processo de decadência, restringindo-se, basicamente, à economia de subsistência. Com a intensificação das atividades capitalistas (exploração florestal, cultura, do chá, da banana, comercialização da pesca), e a alteração progressiva do sistema de posse da terra, observa-se uma limitação contínua dessa economia de subsistência. A partir desse confronto, inauguram-se sucessivos anos de pobreza, que se manifestam, ao nível biológico, pela presença de elevados níveis de DPC, com predominância das formas clínicas de tipo progresso <sup>(3)</sup>, ou seja, com comprometimento da estatura para a idade.

Impossibilitados de garantir níveis satisfatórios de condições de vida, diante da perda progressiva da posse da terra, restava ao homem da região tornar-se um trabalhador assalariado, que, no sistema de explo-

ração vigente, se constituía na situação de maior empobrecimento, ou, emigrar em busca de melhores oportunidades de vida. Dessa forma, áreas rurais como a do Vela do Ribeira se constituem em fornecedoras de mão-de-obra e de produtos agrícolas para exportação e, para o mercado interno das regiões mais dinâmicas do país, o que a caracteriza como sendo área de prolongado esvaziamento.

Nos centros urbano-industriais, como é o caso do Município de São Paulo, grande parte desses migrantes viriam compor, entre outros, o abundante mercado de mão-de-obra barata, capaz de dar suporte às necessidades de expansão das atividades industriais. Em vista das condições de participação no mercado de trabalho, em meio a um sistema de acumulação, que se desenvolve norteado pela sub-valorização do valor da força de trabalho, eles vem constituir os núcleos de pobreza dos centros urbano-industriais. Socialmente vulneráveis à desnutrição, essas populações delimitaram a extensão da ocorrência da doença na cidade. Diante da privação a que se submeteriam, justificava-se a presença, no Município de maior desenvolvimento do país, de deficiências predominantemente calórica, que atestando o limitado acesso aos alimentos, em quantidades mínimas compatíveis com níveis humanos de vida (2,39), assim como a predominância das formas clínicas de tipo recente\* em detrimento das formas pregressas, conforme observou Monteiro (3), no meio rural.

O agravamento dos problemas nutricionais, evidenciados pelo aumento da ocorrência da DPC em crianças de um ano de idade, seria devido, como parte das contradições de subdesenvolvimento, ao abandono da prática do aleitamento natural, que tornaria cada vez mais precoce a exposição ao limitado consumo de alimentos, especialmente, quando se verificava uma deterioração do poder aquisitivo de parcelas significativas da população, concomitante à crescente concentração de renda.

Na medida em que destacava-se a dimensão social da ocorrência da DPC, impunha-se a consideração das determinações da doença, como requisito para o seu devido equacionamento, em contraposição com as colocações

---

\* O que equivale dizer, com comprometimento do peso para a idade

anteriores que, situavam as variáveis biológicas e sociais num mesmo plano, num sistema de causação circular. Sob o mecanismo dos modelos sistêmicos, através dos quais eram dimensionadas as questões nutricionais os componentes (do sistema), guardavam autonomia, colocando-se, nestas condições a consideração, do social externa aos fenômenos biológicos; da mesma forma, este tipo de concepção da realidade induzia ao equacionamento de medidas de intervenção, no enfrentamento dos problemas emergentes, a partir dos componentes isolados, mediante, portanto, medidas igualmente externas ao próprio sistema. A preocupação, na época, com a identificação de relações entre variáveis ou os conjuntos de variáveis sociais e a ocorrência de desnutrição, sem referenciá-las à própria organização social - sobre a qual, concretamente, se assentaria a configuração da pobreza - trazia implícita, por assim dizer, a consideração do corpo como se fosse uma máquina de características universais, desvinculados da existência social; ao mesmo tempo que, o social, se descaracterizava como tal, na medida em que, ao ser naturalizado, tornava-se ahistórico e desvinculado do dimensionamento dos mecanismos histórico - estruturais, subjacentes à origem e à natureza da configuração da pobreza.

A partir dessa perspectiva idealizada a partir da qual se construía o modelo sistêmico, seria possível, automaticamente, consertar as partes e, com isso, corrigir as distorções do todo. Na verdade tudo se passava como se fosse possível acabar com a ignorância ou implantar programas de suplementação alimentar destinados a erradicar a desnutrição e, consequentemente, com o subdesenvolvimento, esquecendo-se que as mesmas causas que geravam a pobreza limitavam a efetivação de medidas tendentes a combatê-la. A partir dessa perspectiva sistêmica de visualização da realidade, apreendida pelo pesquisador, como se ele e, a própria produção do conhecimento, fosse externa a própria realidade. Nestas condições, o equacionamento das questões se fazia desvinculado da consideração do jogo das forças, adstrito à composição estrutural da sociedade e, dos objetivos sobre os quais se pautava o desenvolvimento do país. Ao proceder dessa forma a despeito das boas in

ções, favorecia-se a postura de ter individualizadas as responsabilidades sobre a ocorrência e as formas de resolução das questões nutricionais e, estimulava-se o dimensionamento de medidas isoladas e parciais, tendentes a manter o status que, na medida em que não davam conta da possibilidade de um efetivo enfrentamento do problema.

Ao redimensionar a relação entre o plano biológico e social de existência, na consideração da dimensão social da doença, a constatação do comprometimento do pesquisador com a realidade social e, da própria forma de pensar com o delineamento das medidas políticas, abria-se um novo espaço para o tratamento da desnutrição como questão social. Ao considerar a ocorrência das doenças nas populações como o produto de sua experiência grupal e que, como tal, se constituiria na expressão biológica das condições sociais de existência, reforçava-se a necessidade, por sua vez, de reconstrução do objeto de estudo, no próprio plano social.

### 3.3. REPENSANDO A DESNUTRIÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL

Ao nos darmos conta do subdesenvolvimento do nosso desenvolvimento, atrelado, historicamente a situação periférica do país no âmbito das relações internacionais e, que se estruturaria, em âmbito interno, em função das relações sociais de produção, marcadas pela intensa exploração da força de trabalho, destaca-se, a propósito da reconsideração do objeto de estudo, a questão da reprodução, a um só tempo, biológica e social, como elemento central no tratamento dos problemas nutricionais. Breilh<sup>(54)</sup>, em meio às propostas de desenvolvimento da Epidemiologia Social, colocava a reprodução social como categoria central na caracterização do perfil de saúde-doença das classes sociais e suas frações; entre nós, ensaiando sua colocação no dimensionamento das questões nutricionais, relacionadas com as migrações e outras esferas da vida social<sup>(7,55)</sup>, apontavam para a relevância de sua consideração.

Todo o modo de produção pressupõe a necessidade de reproduzir as relações sociais de produção e isso implica em reproduzir homens, enquanto seres biológicos e sociais. Assim, produção e reprodução se constituem em processos simultâneos a partir dos quais delinea-se a dinâmica da forma pela qual se estrutura e se preserva, concretamente, as relações dos homens entre si e, deles com a natureza, numa dada formação social, ao longo da história; - ao mesmo tempo que delinea-se em função dos níveis de exploração que norteiam estas relações sociais de produção, a própria intersecção entre a esfera biológica e social de existência.

Segundo Meillassoux <sup>(56)</sup>, explicar o subdesenvolvimento a partir das relações de dependência no circuito internacional (e mesmo entre setores econômicos ou modos de produção que coexistem dentro da forma específica como emerge o capitalismo nos países subdesenvolvidos) em termos das trocas desiguais, situa a questão no âmbito da circulação das mercadorias, subtraindo-se dessa perspectiva a visão da luta de classes. Segundo o autor explica-se dessa forma o subdesenvolvimento a partir da transferência dos lucros nas trocas desiguais e não se cogita da maneira como o próprio lucro é realizado. O autor <sup>(56)</sup> refere a necessidade de se inventariar os mecanismos que levam a uma sub-avaliação do valor da força de trabalho o que explicaria a configuração da pobreza e a realização efetiva das desigualdades da troca. A apropriação do trabalho não retribuído marca a forma específica pela qual é gerado o valor no modo capitalista de produção. Nestas condições a extração da mais-valia implica num consumo da força de trabalho, da onde, configuram-se as condições através das quais se reproduz a força de trabalho, viabilizando o estabelecimento dos baixos salários e com eles a configuração da pobreza.

Ao resgatar a questão da sub-avaliação do valor da força de trabalho Meillassoux <sup>(56)</sup> refere que a determinação dos baixos salários, transcendendo ao jogo da oferta e da procura, se situa em função da taxa atribuída ao custo da reprodução. O valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistências necessários à manutenção do trabalhador em atividade,

ou não, e a manutenção de seus substitutos, o que seria determinado pelo tempo de trabalho requerido para produzir o conjunto de mercadorias, tendo em vista satisfazer as necessidades determinadas, biológica e socialmente, num dado momento histórico. Na medida em que a compra da força de trabalho se prende a extração da mais-valia, o valor da força de trabalho atribuído pelo capital, tomando-se o salário como referente, não coincide com o custo da reprodução do trabalhador e de seus descendentes.

A reprodução implica na manutenção do trabalhador com vistas à renovação diária de suas forças o que pressupõe o atendimento às suas necessidades materiais no que se refere à alimentação, vestuário, abrigo, etc., e, na reposição do trabalhador quando se retira da força de trabalho por aposentadoria, invalidez ou, falecimento. Para tanto ele necessita de meios para criar filhos, seja no plano material, seja no plano simbólico, até que eles venham oferecer sua capacidade de trabalho no mercado. Estas funções realizam-se no quadro de instituições tais como a família, a qual não se situa na posição econômica de uma empresa, fugindo, por tanto, às normas de produção capitalista, ainda que produzida em sua órbita. Os pais não se beneficiam dos rendimentos investidos na manutenção e formação dos filhos uma vez que estes só podem ser postos a trabalhar pelos detentores dos capitais, capazes de fornecer um emprego e explorar, legalmente, sua força de trabalho. Nestas condições através da combinação da vendada força de trabalho e da produção de valores de uso no âmbito interno à família, institucionaliza-se a possibilidade de tornar o trabalhador "livre" para vender a força de trabalho, ao mesmo tempo que dissocia-se o espaço da produção e da reprodução, transferindo-se para os trabalhadores os encargos de manter uma população disponível para o capital. Essa combinação se faz em proveito do capital na medida em que viabiliza a possibilidade de pagamento de salários abaixo do custo da reprodução da força de trabalho, garantindo, dessa forma, a preservação da própria organização social da produção.

Cabe lembrar que esta avaliação da força de trabalho pelo capital se equaciona diferentemente dependendo do desenvolvimento das forças produtivas, sendo ou não o capitalismo o modo exclusivo de produção, dependendo das condições históricas de sua emergência. Segundo Oliveira (57), na fase de acumulação primitiva o consumo da força de trabalho é predatório em decorrência da exploração ligada ao processo de extração da mais valia absoluta, que se traduz nos elevados níveis de mortalidade. Nestes casos a reposição do trabalhador se dá através das migrações de populações provenientes dos modos (ou setores econômicos) organizados de forma tradicional, subsidiários ao modo propriamente capitalista de produção, paralelamente, à venda precoce da força de trabalho - o crescimento vegetativo coloca-se, nestas condições, de forma secundária na reprodução dos trabalhadores. Por sua vez, a luta do operariado pela diminuição da jornada de trabalho e, pelo consumo predatório da força de trabalho, concorre para transferência ao Estado (e, indiretamente para o capital) dos encargos de manutenção do trabalhador e de seus substitutos - o que contribui para a elevação da composição orgânica do capital. Paralelamente, no decorrer desse processo reorganiza-se a existência familiar, com vistas ao aprimoramento da qualificação da mão-de-obra - as crianças permanecem em casa sob os cuidados da mãe. Assim sendo teoricamente, no âmbito interno das relações domésticas, a reprodução material se equaciona em função da venda da força de trabalho, dos salários indiretos pagos pelo Estado na forma de subsídios à saúde e educação, etc., ao lado da produção doméstica de valores de uso.

Ao mudar a forma de consumo de energia da pura forma muscular para as formas potenciadas pela máquina, segundo Oliveira (57), eleva-se a composição orgânica do capital produzindo-se um outro trabalhador e uma população para o capital. Na medida em que se impõe a extração da mais valia relativa, o consumo de energia é reduzido, processando-se, na verdade, uma mudança na forma de gasto de energia - no lugar de consumir energia muscular

a máquina consome energias mentais. Transforma-se o quadro da morbidade dos trabalhadores, paralelamente, ao aumento da esperança de vida. Neste processo, o aumento da permanência da força de trabalho no exercício de suas funções, assim como de sua produtividade, barateia o custo da reprodução para o capital e as possibilidades de alimentar o exército industrial de reserva. Ao mesmo tempo, porém, expandem-se as necessidades de consumo, diante do próprio desdobramento da produção de mercadorias, correlata a ampliação da extração da mais valia, - o que concorre para o incremento da mercantilização da subsistência do trabalhador ou da reprodução da força de trabalho. Neste processo a própria elevação do nível das forças produtivas termina por requerer a destruição da produção doméstica dos valores de uso, que se faz acompanhar da redução da fertilidade da classe trabalhadora. A intensificação da participação política do operariado, por sua vez, transforma a classe em classe para si, trazendo à tona a questão do custo de reprodução da força de trabalho para o trabalhador, que mantém a fração desempregada e/ou a fração latente do exército industrial de reservas (os filhos). Assim a família é preservada e destruída ao longo do tempo, ao mesmo tempo que se incrementa a necessidade de transferir a reprodução para a esfera do capital. Nessa linha de desenvolvimento dos fatos se inscreve a questão da desagregação familiar e, da diminuição das taxas de crescimento e do envelhecimento das populações nos países centrais - o que desponta como uma ameaça para a própria existência da organização produtiva e social destes países.

Por outro lado, cabe a consideração de que, concretamente, este processo não obedece à linearidade descrita e que, a instituição das formas de trabalho relacionadas com a extração da mais valia relativa, historicamente, não excluem as possibilidades marginais da extração da mais valia absoluta, principalmente, diante da coexistência de diferentes modos de produção, em âmbito inter e intra-nacional. Da mesma forma, família e a produção doméstica de valores de uso, paralelamente, à própria expansão do consumo, continua a fornecer, frente aos encargos assumidos pelo capital, suporte

importante à reprodução dos homens (prontos a vender sua força de trabalho) e, da própria organização capitalista - particularmente nos países subdesenvolvidos.

Se estes fatos chamam a atenção para a reprodução dos homens como requisito, para a reprodução da organização da produção, é o modo de produzir, por sua vez que imprime a forma através da qual verifica-se a reprodução dos homens. Retomando a simultaneidade destes processos recoloca-se a questão da reprodução dos homens e da população para o capital, em função das próprias condições de criação do valor inerente à configuração das relações sociais de produção. Sob esta perspectiva, redimensiona-se o entendimento dos processos de saúde-doença e da própria dinâmica populacional, abrindo-se um novo espaço para o dimensionamento da abordagem sociológica na Epidemiologia e na Demografia, enquanto dimensões distintas e complementares de aproximação de um mesmo objeto de estudo.

O social antes subsidiário aos fenômenos biológicos passa a se constituir no filtro através do qual se apresentam os fenômenos biológicos - e, nutricionais - justificando, por assim dizer, a dimensão social da ocorrência das doenças conseqüentemente à sua determinação social. Segundo Laurell <sup>(58)</sup>, simultaneamente ao processo de valorização do capital, associada as formas de extração da mais-valia, constroem-se os modos concretos de trabalhar e as condições através das quais se realiza o consumo da força de trabalho. A extração da mais valia absoluta que caracteriza os processos com pouco desenvolvimento tecnológico, envolve em elevado gasto calórico, paralelamente, ao elevado esforço físico dispensado e, de um limitado tempo de descanso; nestas condições, em meio aos baixos rendimentos delineiam-se as condições de saúde do trabalhador e seus familiares, particularmente, relacionados com as doenças carenciais. Nos processos de trabalho nos quais predominam a extração da mais-valia relativa ocorrem formas distintas de desgaste e de consumo da força de trabalho, determinados pelos efeitos do incremento da produtividade e da intensidade de trabalho, na medida em que, segundo

Garcia ( ), o homem se torna num acessório da máquinas; nestas condições desencadeiam-se as situações de "stress" e de fadiga e que causam mudanças fisiológicas, às quais se associa a ocorrência de acidentes e outras ordens de comprometimento orgânico, a curto e a longo prazo. Esta dependência da máquina atua sobre o sistema nervoso, reprime o jogo multilateral dos músculos e exige concentração que induzem ao desencadeamento das doenças psicossomáticas, doenças coronarianas, úlceras e desordens mentais, etc.

Em termos gerais o processo de saúde-doença é determinado pelo modo como os homens, dependendo das condições de relacionamento entre si, se apropriada natureza num dado momento histórico. Através do trabalho, ao entrar em contacto com a natureza, o homem se transforma, ao mesmo tempo que a transforma. Segundo Garcia (59), os efeitos do trabalho sobre os indivíduos são vistos na medicina, principalmente, como desgaste de energia que produz enquanto o trabalho se realiza - ignora-se dessa forma o aspecto qualitativo do trabalho e seu papel transformador no homem. O trabalho constitui o estímulo que desenvolve as capacidades físicas e mentais do ser humano e, neste sentido, ele é um produtor de saúde, ou melhor dizendo, contraditoriamente, ele produz saúde e enfermidade. Segundo este mesmo autor, a saúde é definida como sendo o máximo do desenvolvimento das potencialidades do homem, de acordo com o grau do avanço logrado pela sociedade, num período histórico determinado. Quando não existem condições objetivas e subjetivas para que o trabalho seja um estímulo das potencialidades (do homem) ele se converte num produto de enfermidade (como sucede nas sociedades capitalistas). O não-trabalho supõe o não exercício da força de trabalho e das potencialidades da pessoa e, nestas condições, acarreta maior frequência de doenças, seja em situações de pobreza, seja em situações onde as condições materiais de existência estão asseguradas (como acontece com o desemprego nos EUA). Continuando, o autor (59) ressalta, citando Sugerist, que o trabalho é um fator poderoso de nossa saúde, pois equilibra nossa vida diária e determina seu ritmo. O músculo que não se usa se atrofia; o cérebro inativo se deteriora.

Os desocupados adoecem mais frequentemente, não sō por seu baixo nīvel de vida, mas tambēm, porque a ociosidade forçada, ao transformar o ritmo de suas vidas deteriora seu equilībrio fīsico e mental.

Assim, em torno do trabalho se estrutura a produçāo da vida e, o balanço, contraditōrio, entre a produçāo da saūde e da doença, a partir da qual se equaciona a reproduçāo dos homens e, ao mesmo tempo, a reproduçāo da populaçāo para o capital - na medida em que, de forma correspondente, se efetiva, no plano demogrāfico, (a mesma) relaçāo dialētica, entre a mortalidade e a fertilidade. A mortalidade segundo Oliveira <sup>(57)</sup> em decorrēncia das formas de gerar valor no modo de produçāo capitalista, corresponde - ria ao desgaste da força de trabalho, enquanto que a fertilidade responderia pela reposiçāo das reservas da força de trabalho, - sendo que esta variaria em funçāo da evoluçāo das forças produtivas e, do prōprio consumo da força de trabalho, expressa na mortalidade. Por outro lado, assim como a produçāo biolōgica dos homens referencia e, é referenciada pela reproduçāo da populaçāo para o modo especīfico de produçāo, no balanço que se estabelece entre o gasto e o consumo energētico, inerentes ā produçāo da vida, haveria que considerar a simultaneidade destes processos com a prōprio reproduçāo sōcio-cultural. A propōsito, caberia lembrar que a relaçāo dialētica que se estabelece entre a saūde e a doença, a mortalidade e a fertilidade transcendem ao espaço do momento do trabalho e se equaciona junto ās demais esferas de vida social - as quais se estruturam ao redor dele. Assim ao eleger a reproduçāo como objeto de estudo, redimensiona-se o social na consideraçāo da existēncia biolōgica - e, das questōes nutricionais, em particular - emergindo, na consideraçāo da determinaçāo social das doenças, outras categorias sociais, as quais, paralelamente, ao processo de trabalho, compōem o conjunto de situaçōes que respondem pela reproduçāo do trabalhador e seus dependentes.

Nesta linha de colocaçāo, ao redimensionar as questōes nutricionais, em funçāo do balanço energētico, dimensionado a partir da forma pela qual os homens se organizam para produzir, nāo poderīamos deixar de re-

ferir que o processo de trabalho, no plano das relações sociais, se apresenta como um momento essencial na configuração das representações que norteiam a organização e o funcionamento da sociedade. Neste sentido, Lopes <sup>(60)</sup> coloca que no momento da produção se produzem idéias, que constituem mediações importantes no entendimento da emergência dos conflitos e das formas de resistência do trabalho frente o capital, em torno das quais se sustentam as condições de organização da produção e, enfim, das formas de contratação e consumo produtivo da força de trabalho; - e, estas representações, por sua vez, consubstanciam a inserção dos indivíduos na teia mais ampla das relações sociais. Nestas condições, em meio a esse rede de relações se estrutura o confronto entre as classes sociais e o jogo de poderes sobre os quais emergem as formulações políticas - as quais cristalizam as condições de como o Estado enfrenta a questão do consumo da força de trabalho e, de que forma se postula diante da própria efetivação das condições de reprodução dos homens.

Paralelamente à importância dessa vertente na aproximação à questão da determinação social das doenças, considerando, concretamente, a especificidade da realização do capitalismo entre nós, a família <sup>(7,61)</sup>, conforme ficou apontado anteriormente, se constituiria num elemento central no processo de defesa frente à delapidação da força de trabalho. Construída na órbita do capital, sua organização viabilizaria a configuração de alternativas de sobrevivência que garantiriam a reprodução, material e ideológica dos homens, em nosso meio. Nestas condições ao mesmo tempo em que forneceria importantes requisitos da mediação entre o desgaste e a reposição da força de trabalho, a família se constituiria no espaço a partir do qual os trabalhadores alcançariam o mercado de trabalho e no qual se realizaria importante articulação entre a produção e o consumo.

A propósito, sem pretender esgotar as categoriais sociais envolvidas na consideração da determinação social das doenças, em geral - e, da desnutrição, em particular, - caberia recolocar a questão do consumo. Sob a ótica da reprodução dos homens, no plano material e simbólico, ressalta-se

que, assim como são produzidas idéias no momento da produção, também, idéias são consumidas nas mercadorias. Isto implica em focalizar o consumo, não como medida do dimensionamento do mercado, ou, da perspectiva estrita das possibilidades materiais de satisfação das necessidades individuais, do ponto de vista orgânico, mas, no plano simbólico, através do qual os indivíduos se conformam a ordem social vigente, mantendo em funcionamento da própria ordem de produção. Em meio à rearticulação do plano da circulação das mercadorias com a própria produção, no contexto do capitalismo monopolista, ressalta-se, por exemplo, o papel da propaganda (7,62), no processo de criação cultural das mercadorias, e, conseqüentemente, na reprodução das relações sociais de produção - na medida em que, precocemente, ela se inscreve no processo educacional, competindo com a família na socialização dos indivíduos.

Assim, mediante a consideração destas vertentes (e, de outras que poderiam ser mencionadas), sob a perspectiva da reprodução dos homens, recria-se a desnutrição como objeto de estudo, assim como o âmbito do envolvimento das Ciências Sociais no tratamento da questão.

Considerando os processos de saúde-doença como a expressão biológica das condições sociais de existência, a reprodução, subjacente à caracterização da dimensão social das doenças, estabelece um novo espaço para a consideração da articulação entre o plano biológico e social da existência. A partir das relações sociais de produção sobre as quais se assenta, concretamente, a organização e o funcionamento da sociedade, definem-se as condições nas quais se estrutura o balanço entre o gasto e a reposição energética, entre a saúde e a doença, entre a fertilidade e a mortalidade, que sustentam a reprodução dos homens e da população, necessárias à reprodução do modo de produção. Sob esta proposta de estudo recupera-se a dimensão histórica determinante do movimento do capital, no âmbito das relações sociais e, com elas, as categorias sociais culturais e políticas a serem consideradas na articulação das instâncias internas e externas ao objeto de estudo, a um só tempo biológico e social.

Finalizando, sob esta perspectiva se alcança superar a consideração do social como compartimento da realidade ou, como fator subsidiário aos eventos biológicos, considerados como se fossem fenômenos universais e ahistóricos, abrindo-se um novo espaço para a consideração da interdisciplinaridade e, para as contribuições específicas das Ciências Sociais na área. Por sua vez, ao redimensionar categorias através das quais torna-se viável esta reaproximação com a questão da desnutrição, subsidia-se uma nova abertura para o dimensionamento das condições de seu enfrentamento. Sob o referencial da reprodução dos homens e, da população para o capital, se alcança, enfim, romper com a herança da colonização cultural e, dessa forma, tornando explícitas as possibilidades de intervenção da realidade, criar condições para que o conhecimento se torne numa ferramenta efetiva de transformação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PUFFER, R.R. & SERRANO, C.V. - Característica de la mortalidad en la niñez. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, 1973.
2. IUNES, M., coord. - Estado nutricional de crianças de 6 a 60 meses no município de São Paulo. São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Departamento e Instituto de Medicina Preventiva, 1975, 2 v.
3. MONTEIRO, C.A. - Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica em núcleos rurais do Vale do Ribeira. São Paulo, 1977. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo].
4. GOLDENBERG, P. et al. - Desnutrição - uma avaliação crítica dos diferentes enfoques do problema. Saúde e Debate, nº 5, 1978.
5. GOLDENBERG, P. et al. - A desnutrição protéico-calórica (DPC) em São Paulo - em enfoque metodológico. Apresentado no XI Congresso Internacional de Nutrição, Rio de Janeiro, setembro de 1978 (mimeo.).
6. SIGULEM, D. M. et al. (coords.) - Influências das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares: relatório final. São Paulo, Grupo de Nutrição do Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, 1979. [Mimeografado].
7. GOLDENBERG, P. - Organização social e desnutrição em famílias de baixa renda no município de São Paulo. São Paulo, 1981. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
8. GARCÍA, J.C. - La articulación de la Medicina y de la Educación en la Estructura Social. Organización Panamericana de la Salud. Washington, 1977. (mimeo.).
9. LESER, W.S.P. et al. - Epidemiologia Geral. São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, 1976. [Mimeografado].

10. SUSSER, M. - Causal thinking in the health sciences. London, Oxford University Press, 1973.
11. GORDON, J.E. - Synergism of malnutrition and infectious disease. In: BEATON, B. H. & BENGOA, J.M. Nutrition in Preventive Medicine. Geneva, World Health Organization, 1976.
12. GOMEZ, F. - Desnutrición. Bol. med. Hosp. infant., Mexico, 4: 543, 1946.
13. GOMEZ, F. et al. - Mortality in second and third degree malnutrition. J. trop. Pediat., \_\_\_: 77-83, 1956.
14. BERG, A. - The nutrition factor: its role in national development. Washington, The Brooking Institution, 1973.
15. GEORGE, S. - O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo. rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
16. INTERDEPARTAMENTAL COMMITTEE ON NUTRITION FOR NATIONAL DEFENSE (ICNND) - Manual for nutrition survey's. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, 1957.
17. INTERDEPARTAMENTAL COMMITTEE ON NUTRITION FOR NATIONAL DEFENSE - Northeast Brazil nutrition survey. Washington, D.C., 1965.
18. CHANG, C.W. - Educación, investigación y extension, motores de la production de alimentos. Roma, FAO, 1963.
19. DESSAU, J. - Funcion que cumplen los programas multilaterales de ayuda alimentaria. Roma, FAO, 1965.
20. REUNIÓN TECNICA CONJUNTA FAO/OMS SOBRE METODOS DE PLANIFICACION Y EVALUACION DE LOS PROGRAMAS DE NUTRICION APLICADA - Roma, 1965. Informe. Ginebra, Organizaci3n Mundial de la Salud, 1966. (OMS, Ser. infec. tecn., 340).
21. ORGANIZAC3O PANAMERICANA DA SAUDE - The national food and nutrition surveys of Guyana. Washington, D.C., 1976. (OPAS-Publ.cient., 363).

22. SCHILLER, B. - A democratização da comida; uma marcha para o campo agitada os Estados Unidos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de jul, 1980.
23. RITCHIE, J.A.S. - Estudemos la nutrición. Roma, FAO, 1968.
24. GRUPO ASESOR EN PROTEINAS - Vidas en peligro: las proteínas y el niño. Roma, FAO, 1970.
25. INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION NATIONAL DEVELOPMENT AND PLANNING - Cambridge, Mass., 1971. Proceedings. London, The MIT PRESS, 1973.
26. BARG, B. - Nutrition and national development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION, NATIONAL DEVELOPMENT AND PLANNING. Cambridge, Mass., 1971. Proceedings. London, The Mit Press, 1973.
27. CALL, D.L. & LEVINSON, F.S. - A systematic approach to nutrition intervention programs. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION, NATIONAL DEVELOPMENT AND PLANNING. Cambridge, Mass., 1971. Proceedings. London, The MIT PRESS, 1972.
28. LEVINSON, F.J. - Morinda: an economic analysis on malnutrition among young children in rural India. Cornell, MITT International Nutrition, 1974.
29. LATHAM, M.C. - Planificación y evaluación de los programas de nutrición aplicada. ROMA, FAO, 1972.
30. BALDO, H.A.P.C.S. - Mã nutrição protéico-calórica da criança de 0-5 anos do Distrito de São Paulo. São Paulo, 1971. [Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
31. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - Salário mínimo. DIEESE em Resumo. São Paulo, 6 (2): 1972.
32. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo, DIEESE, 1973. (Estudos Sôcio-Econômicos, 1).

33. BÉHAR, M. - Uma doença que o homem criou. Saúde no Mundo, maio:5-9, 1977.
34. SINGER, P.I. - A economia brasileira depois de 1964. Debate & Crítica (4): 1-23, 1974.
35. SINGER, P.I. - O "milagre brasileiro": causas e conseqüências. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975. (CEBRAP - Caderno 6).
36. PROJEÇÃO de demanda de produtos agrícolas - Conj.econ., 27: 54-59, 1973.
37. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Pesquisa sobre consumo alimentar realizada nos conjuntos habitacionais em outubro/dezembro de 1973. Rio de Janeiro, 1973.
38. KIRSTEN, J.T. et al. - Orçamentos familiares na cidade de São Paulo: 1971/72. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1973. (Série monografias, v. 3).
39. BATISTA Fº, M. - Prevalência e estágios da desnutrição protéico-calórica em crianças da cidade de São Paulo. São Paulo, 1976. [Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
40. CAMPINO, A.C.C. et al. - Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no Município de São Paulo. Rev. Est. econ., São Paulo, 5: 7-36, 1975.
41. VIEIRA, L.T.T.M. - O impacto da renda no estado nutricional das famílias paulistanas. São Paulo, 1976. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo].
42. ALVES, E.L.G. - Fatores sócio-econômico e adequação nutricional. São Paulo, 1978. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo].
43. CAMPINO, A.C.C. - Nutrição e economia: considerações sobre políticas de curto e médio prazo. São Paulo, 1977. [Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo].

44. COMITE MIXTO FAO/OMS DE EXPERTOS EN NUTRITIÒN - Rome, 9º, 1974.  
Estrategias alimentares y nutricionales en el desarrollo nacional.  
Ginebra, Organizaciòn Mundial de la Salud, 1976. (OMS - Ser. inf. tecn., 584).
45. COMITE MIXTO FAO/OMS/UNICEF/OMS DE EXPERTOS - Ginebra, 1975. Metodologia de la vigilancia nutricional. Ginebra, Organizaciòn Mundial de la Salud, 1976. (OMS - Serv. inf. tecn., 593).
46. BEATON, G.H. & BENGGA, J.M. - Nutrition in preventive medicine. Geneva, World Health Organization, 1976.
47. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA DA NUTRIÇÃO - Recife, 1977. Anais. Recife, Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Nutrição, 1978.
48. TUDISCO, E.S., & BATISTA Fº, M. - Padrões dietéticos de famílias de crianças de 6 a 60 meses na cidade de São Paulo, Resumo: Anais do Simpósio de Fisiologia da Nutrição. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília, julho de 1976. (Resumo).
49. GOLDENBERG, P. - Migração e Desnutrição Protéico-Calórica no Município de São Paulo - Estudo Preliminar. Apresentado no XI Congresso Internacional de Nutrição. Rio de Janeiro, 1978 (mimeo.).
50. KERTESZ, E. de M. - O PRONAN como modelo de Política Social - Apresentado na VI Conferência Nacional de Saúde, Brasília, agosto de 1977. In: Goldeberg, P. et al. - Desnutrição; uma avaliação criticada dos diferentes enfoques do problema. Saúde e Debate, nº 5, 1978.
51. GOLDENBERG, P. - Desenvolvimento e saúde: a mortalidade infantil no município de São Paulo. São Paulo, 1970. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo].
52. BERLINK, M.T. - Marginalidade social e relações de classes em São Paulo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1975.

53. ANDRADE, R. de C. - Política Social e Normalização Institucional no Brasil. In: Maira, L. e col. América Latina - Novas Estratégias de Dominação. Ed. Vozes, São Paulo, 1980.
54. BREILH, J. - Epidemiologia: Economia, Medicina y Política. Quito, Editorial Universitaria, 1979.
55. SILVA, L.M. da - Desnutrição e estrutura social brasileira: um ensaio de interpretação. São Paulo, 1979. [Tese de Doutorado - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo].
56. MEILLASSOUX, C. - Mulheres, celeiros e capitais. São Paulo, Afrontamento, 1977. (Crítica e sociedade, 7).
57. OLIVEIRA, F. - A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.
58. LAURELL, A.C. - La Epidemiologia Social en el Estudio de la Salud del Trabajador. Maestria de Medicina Social. Universidad Abierta de México UNAM-X, 1985 (mimeo)
59. GARCÍA, J.C. - La categoría trabajo en la medicina. Cuadernos Médico Sociales nº 23, 1983.
60. LOPES, J.R.B. - Questões Teórico-Metodológicas suscitadas nos debates das sessões sobre Força de Trabalho. In: Castro, N.A. - Resumo das Discussões sobre o Tema "Força de Trabalho". Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro, SP, outubro, 1984.
61. GOLDENBERG, P. - Saúde e Reprodução da Força de Trabalho: organizações domiciliares e alternativas de sobrevivência. Apresentado no III Seminário Latino-Americano de Medicina Social. Outro Preto, MG, novembro de 1984 (mimeo.).
62. GOLDENBERG, P. - Consumo e Reprodução Social - o desmame precoce da perspectiva do marketing do leite num país subdesenvolvido. 1º Congresso Pan-Americano de Aleitamento Materno. Porto Alegre, RGS, março de 1985 (mimeo.).